

TERMOS DE REFERÊNCIA

CONTRATO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA PROPOSTA DE TURISMO NAS ILHAS UROK, ARQUIPÉLAGO DOS BIJAGÓS

1. INFORMAÇÕES DE BASE	2
1.1. O Projeto ETIKAPUN N’HA	2
1.2. Organizações Promotoras	3
1.3. Enquadramento dos presentes Termos de Referência	4
1.4. Descrição do contexto	4
2. OBJETIVOS	8
3. ATIVIDADES ESPECÍFICAS	9
4. RESULTADOS E PRODUTOS ESPERADOS	9
5. PERFIL DA EQUIPA	10
5.1. Habilitações e competências	10
5.2. Experiência profissional	10
5.3. Outras competências	10
6. OUTRAS INFORMAÇÕES	11
6.1. Local e Duração	11
6.2. Responsabilidades	11
6.3. Apresentação e avaliação de propostas.....	11

FINANCIAMENTO



EXECUÇÃO



1. INFORMAÇÕES DE BASE

1.1. O Projeto ETIKAPUN N'HA

O **objetivo geral** do projeto *Etikapun n'ha – Laboratório de Resiliência da Cultura Bijagó*¹ (adiante apenas designado Etikapun) é contribuir para o desenvolvimento sustentável na Área Marinha Protegida Comunitária (AMPC) das Ilhas Urok - conjunto de ilhas e ilhéus de que se destacam Formosa, Nago e Chediã. Os **objetivos específicos** consistem em:

- promover a melhoria das condições socioeconómicas da população, através de:
 - apoio à produção agrícola e à exploração dos recursos florestais e marítimos;
 - dinamização da economia local;
 - disponibilização de serviços sociais básicos.
- contribuir para a cogestão e a governação participativa dos recursos naturais e culturais, através de:
 - disponibilização de instrumentos de gestão (cartografias, sistemas de monitoria, planos de negócio);
 - apoio ao funcionamento das estruturas de gestão (assembleias e comités de gestão).

As populações das ilhas Urok atravessam um processo de mudança na relação com os recursos naturais que, a médio e longo prazo, tenderá para uma economia monetizada e para a mercantilização das relações sociais. O sucesso desta tendência apresenta, contudo, alguns desafios:

- a dispersão e reduzida dimensão dos espaços agrícolas condiciona um volume de produção que apresente valor de mercado;
- a situação geográfica das ilhas torna pouco competitiva a produção local no mercado exterior;
- a expansão do caju ameaça bloquear a diversidade de produção e motivar disrupção social.

Neste contexto, o projeto Etikapun procura alavancar um processo sustentável de desenvolvimento e contribuir para mitigar as potenciais consequências nefastas das

¹ DCI-NSAPVD/2015/371-075

tendências demográficas, sociais e económicas em curso, agindo em prol das populações, nomeadamente para:

- diminuir a sua vulnerabilidade alimentar e económica;
- reforçar a sua resiliência perante as transformações em curso;
- reforçar a coesão social e a preservação dos mecanismos de solidariedade inter-geracional.

Assim, no final do projeto espera-se que os sistemas produtivos e a economia local tenham sido dinamizados (**resultado 1**), o acesso a serviços sociais de base esteja reforçado (**resultado 2**) e que se tenha contribuído para a operacionalidade das estruturas de gestão comunitária da AMPC (**resultado 3**).

O projeto Etikapun é co-financiado pela União Europeia e pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.. A implementação do projeto está a cargo do Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), ONGD portuguesa, e da Tiniguena – Esta terra é nossa!, ONG bissau-guineense.

1.2. Organizações Promotoras

O **Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)**, é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) que tem como principais áreas de trabalho a Cooperação e a Educação para o Desenvolvimento e como missão a promoção do desenvolvimento socioeconómico e cultural.

Atuando em todo o espaço da CPLP, está presente desde 1999 na Guiné-Bissau. A intervenção no país inclui projetos na área da saúde, do desenvolvimento rural, da segurança alimentar, do fortalecimento institucional, das infraestruturas, das atividades geradoras de rendimento, da assistência técnica, do ambiente e da identidade cultural. A atuação na Guiné-Bissau, como nos outros países, procura assegurar uma abordagem integrada, transversal e sustentável do processo de desenvolvimento, privilegiando o trabalho conjunto com autoridades e/ou organizações da sociedade civil nacionais e locais.

A **Tiniguena** é uma Organização Não Governamental Guineense criada em 1991. A sua intervenção concentra-se, em termos temáticos nas áreas do ambiente, pesca artesanal sustentável, segurança alimentar, apoio à economia local e desenvolvimento

sustentável.

Anima o processo de gestão participativa da AMPC Urok desde 2005, data da criação desta área protegida, em estreita colaboração com as partes interessadas na governação dos recursos naturais, nomeadamente, as comunidades locais, o Instituto da Biodiversidade e Áreas protegidas (IBAP), Administração Local, Comité de Estado.

1.3. Enquadramento dos presentes Termos de Referência

O projeto Etikapun pretende contribuir para a implementação de uma **proposta de turismo sustentável na AMPC Urok**, que promova a criação de oportunidades económicas para as comunidades locais, em particular para os jovens, e que assegure a conservação do património natural e sociocultural.

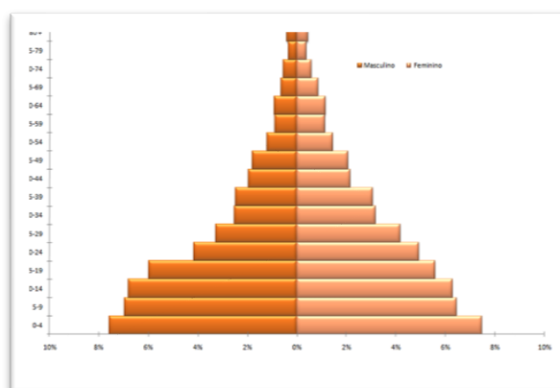
Os presentes TDRs enquadram-se no **resultado 1**, acima mencionado, nomeadamente na atividade *1.4. Desenvolvimento de uma proposta de turismo de base ambiental e cultural*, definindo as condições do recrutamento de uma assistência técnica para desenvolver os serviços abaixo descritos. De modo indireto, estes serviços contribuirão também para a boa consecução do **resultado 2**.

1.4. Descrição do contexto

Os beneficiários deste serviço serão a população das ilhas Urok e a estrutura de gestão da AMPC.

Perfil demográfico

Segundo dados do último recenseamento populacional (2009), a população residente das ilhas Urok, dispersa por 33 aldeias/tabancas, será de cerca de 3000 habitantes, sendo a maior concentração na ilha Formosa (cerca de 1900), seguida de Nago (cerca de 600) e Chediã (cerca de 400).



O volume populacional aumenta sazonalmente, aquando das campanhas de exploração da palha, óleo de palma ou moluscos.

A população apresenta uma estrutura etária jovem, conforme demonstrado na pirâmide etária relativa a 2014 (em %).²

Perfil físico

A zona marítima das ilhas Urok é rica em recursos pesqueiros, registando-se a presença abundante de algumas espécies emblemáticas, como manatins e golfinhos.

A zona costeira caracteriza-se pela presença de grandes superfícies de zona intertidal (baixas), as quais, de acordo com a posição em relação às influências marinhas, apresentam características de sedimentação variáveis. Estes bancos de vasas são atravessados por redes de canais de água. As baixas prolongam-se a montante por importantes maciços de 6 espécies diferentes de mangal,³ principalmente nas franjas orientais e setentrionais do complexo, estando a sua distribuição dependente do grau de inundação pela maré. Assim, a zona costeira das ilhas Urok oferece recursos naturais vitais para as comunidades. Por exemplo, as conchas (nomeadamente, os *combés - Anadara senilis*) são um recurso estratégico para a alimentação quotidiana - a principal fonte de proteína animal - e crucial em períodos de escassez, como aquando do esgotamento das reservas de arroz. A zona costeira é também um importante espaço natural de alimentação de várias espécies de peixes e aves marinhas, constituindo-se como uma das principais zonas de abrigo das aves migratórias do Norte.

A parte terrestre das ilhas é constituída por um mosaico de meios: o palmar denso na parte costeira, uma amostra de floresta tropical sub-húmida no interior e, na zona de transição para a parte marítima, savana de arbustos e herbáceas.

As terras com vocação puramente agrícola situam-se na periferia das tabancas. As culturas alimentares principais são o feijão, a mancarra, a mandioca e o inhame, assim

² Fonte: Recenseamento populacional 2009, atualização 2014.

³ *Avicennia germinans*, *Rhizophora racemosa*, *Rhizophora mangle*, *Rhizophora harrisonii*, *Laguncularia racemosa* e *Conocarpus erectus*.

como variedades hortícolas e algumas árvores de fruto como a bananeira ou a papaieira. Os palmares, com densidades variáveis, ocupam cerca de dois terços da parte terrestre das ilhas Urok. No sistema de produção agro-silvo-pastoral dos Bijagós, os palmares constituem um meio de importância capital. Para além da diversidade notável dos seus produtos e subprodutos, pratica-se a cultura do arroz de sequeiro (com recurso à queimada - *pampam*) e a criação de gado. Nas últimas décadas, a área do palmar tem diminuído em detrimento da cultura do caju, produto de eleição para a troca por arroz e outros produtos de primeira necessidade. O desaparecimento progressivo dos palmares coloca em perigo a variedade de produtos importantes para a soberania alimentar, assim como a manutenção de certas atividades culturais.

As savanas húmidas ou *lalas*, onde se pratica a cultura do arroz de *basfond* ou de *bolanha*, são usadas por aves aquáticas como o pato-de-faces-brancas (*Dendrocygna viduata*). É neste meio que se encontram também as *tareiras* de *tara*, que constituem um recurso importante para fabricar objetos diversos de artesanato, como esteiras e canapés.

Subsistem ainda algumas “manchas” de floresta densa em torno de certas aldeias e ilhéus, associadas a locais sagrados e de iniciação, num contexto de complementaridade entre os valores culturais e os recursos da biodiversidade. As florestas albergam tanto árvores de grande porte como a *Tagara*, o *Pau-bicho*, a *Farroba de Lala*, o *Pau-carvão* e o *Poilão*, como também arbustos, com destaque para a *Malagueta-preta*, oferecendo numerosos produtos selvagens lenhosos e não-lenhosos: frutos (*fole*, *mampataz*, *veludo*), mel, tubérculos e materiais para a escultura e o artesanato. A floresta desempenha, ainda, um papel estratégico relativamente aos produtos da farmacopeia tradicional.

Perfil económico

A conjugação de uma agricultura predominantemente de subsistência e de um sistema de economia local pouco monetizada, assente na solidariedade coletiva tem sido pouco propícia ao desenvolvimento de uma economia de mercado. Em contrapartida, poderá favorecer a preservação ambiental com base em lógicas de coesão e

solidariedade social, assentes em valores tradicionais, que regulam a utilização dos espaços e dos recursos naturais.

Um estudo de 2011 (Saïd e Abreu 2011),⁴ inventariou 15 atividades produtivas principais nas ilhas Urok e constatou que mais de 50% de cada agregado familiar (*morança*) realiza, pelo menos, uma dezena dessas atividades. O comércio está entre as atividades menos desenvolvidas, realidade decorrente de fatores socioculturais e geográficos: forte tradição de partilha dos bens coletivos entre as comunidades e linhagens; papel que as permutas desempenham nas relações de trocas dos produtos essenciais; insularidade e isolamento do espaço face aos principais centros de mercado. Para além da existência de uma grande canoa que serve as ilhas do complexo Urok, os constrangimentos ligados ao transporte são enormes, quer se trate da ligação entre as 3 ilhas ou do transporte de bens até ao local de embarque e a subsequente ligação com Bissau. Esta situação é agravada pelo peso das taxas de desembarque de produtos e de animais no porto de Bissau, o transporte dos produtos do porto para os mercados e as taxas vigentes nesses mercados (Bissau e regional).

A Área Marinha Protegida Comunitária das ilhas Urok

A implementação, em 1988, de um Plano de Planificação Costeira na Guiné-Bissau levou a que se realizassem vários estudos com o intuito de conhecer a realidade socioeconómica e ecológica das comunidades costeiras. Foi neste contexto que se identificou pela primeira vez, de forma sistematizada, a necessidade de preservação ambiental e cultural do Arquipélago dos Bijagós, materializada na criação de um Plano de Desenvolvimento do Arquipélago. Este programa genérico viria a realçar a especificidade das ilhas Urok e a necessidade de implementar iniciativas de preservação próprias para as três ilhas (Formosa, Nago e Chediã).

A preocupação com a conservação dos patrimónios naturais e culturais dos Bijagós e, concretamente, de Urok levou ao início de um processo de consulta às populações locais, a negociações para a criação de uma área protegida e à criação de instrumentos de gestão dos espaços e recursos. Neste contexto, surgiram estruturas de gestão

⁴ Saïd, A. & Abreu, A. (2011), *A economia local da Área Marinha Protegida Comunitária de Urok: dinâmicas, constrangimentos e potencialidades*. Lisboa: IMVF/Tiniguena [edição [online](#)]

partilhada dos recursos costeiros, representadas pelos comités de tabancas, Comité de Gestão Urok e pela Assembleia Geral do Complexo Urok.

Estas instâncias participativas e um documento subscrito por todos os representantes das comunidades das 3 ilhas de Urok (Formosa, Nago e Chediã) estão na génese da criação e aprovação oficial, em 2005, da Área Marinha Protegida Comunitária das ilhas Urok (AMPC) e do 1º Plano de Gestão de Urok (ver anexo).⁵

2. OBJETIVOS

A assistência técnica deverá fornecer:

- informação relevante e recomendações objetivas para orientar a criação e implementação de uma proposta de turismo para as ilhas Urok, enquadrada na legislação e no plano de gestão da AMPC, bem como na estratégia nacional de turismo;
- instrumentos para a regulação e gestão de eventuais projetos turísticos, visando a melhoria das condições de vida da população, a preservação dos recursos naturais e culturais e o financiamento da AMPC.

Os objetivos específicos da assistência técnica são:

- conhecer a viabilidade económica e ambiental do turismo nas ilhas Urok, tendo em conta a realidade sociocultural e estatutária do espaço (área protegida);
- apresentar uma proposta de modelo turístico, uma estratégia e um roteiro para a sua implementação progressiva, que salvguarde a preservação ambiental e cultural e promova o bem-estar económico e social.

Os produtos que venham a resultar da assistência técnica deverão servir de instrumentos de apoio à decisão dos órgãos de gestão da AMPC e constituir-se como instrumentos orientadores para agentes públicos e/ou privados que procurem operar na região.

⁵ Respetivamente, Decreto-lei 08/2005, Boletim Oficial de 12 Julho 2005 e Decreto-lei 09/2005, Boletim Oficial de 12 Julho 2005.

3. ATIVIDADES ESPECÍFICAS

A assistência técnica deverá incluir as seguintes atividades, para além de outras que venham a ser consideradas relevantes pelos proponentes e descritas na proposta a apresentar:

- Contextualização crítica do sector turístico na Guiné-Bissau e nas ilhas Urok:
 - analisar os mercados turísticos na África ocidental;
 - fazer um levantamento de experiências turísticas em áreas marítimas protegidas em África e noutras regiões;
 - consultar projetos de turismo existentes no arquipélago e no país;
 - analisar o mercado turístico existente e potencial, bem como as vantagens comparativas da AMPC Urok ao nível do turismo no país e na região da África ocidental;
 - analisar experiências turísticas do passado nas ilhas Urok (ilha do Maio);
 - consultar estudos anteriores sobre o turismo nas ilhas Urok⁶
- Consultar as comunidades locais e os principais partes interessadas na AMPC;
- Realizar uma análise SWOT ao sector do turismo na AMPC;
- Analisar os impactos de diferentes opções de turismo na AMPC;
- Definir um modelo de turismo a implementar na AMPC;
- Identificar os locais potenciais para o desenvolvimento de turismo nas ilhas;
- Redigir um relatório da prestação de serviços.

4. RESULTADOS E PRODUTOS ESPERADOS

A assistência técnica deverá produzir os seguintes resultados e produtos:

- estudo de viabilidade económica e ambiental do turismo na AMPC;
- proposta de modelo turístico, com estratégia e roteiro de implementação;
- identificação, preferencialmente em cartografia, dos locais para implementação de projetos/atividades turísticas.

⁶ Polet, François (2011), *Dinâmicas e Impactos da Expansão do Turismo no Arquipélago dos Bijagós. Lições para a AMPC Urok*, edição IMVF e Tiniguena.

5. PERFIL DA EQUIPA

A assistência técnica deverá ser prestada por uma equipa de especialistas, comprovando os requisitos abaixo descritos.

5.1. Habilitações e competências

A equipa de especialistas deverá comprovar formação universitária nas seguintes áreas disciplinares, ou outras afins:

- Economia
- Turismo
- Conservação do Ambiente

5.2. Experiência profissional

A equipa de especialistas, deverá demonstrar:

- Experiência de montagem de propostas de desenvolvimento do turismo, preferencialmente em áreas protegidas;
- Experiência na elaboração de roteiros e planos de ação para implementação de propostas de atividades turísticas;
- Experiência na elaboração de estudos de viabilidade económica, preferencialmente na área do turismo;
- Experiência na elaboração de estudos de impacto social e ambiental da atividade turística;
- Experiência de intervenção ou análise do contexto, nomeadamente turístico, da África ocidental, em particular da Guiné-Bissau, países vizinhos ou outras áreas protegidas.

5.3. Outras competências

A equipa de especialistas deve também apresentar as seguintes características:

- Capacidade de análise crítica da situação atual e das tendências futuras e de apresentar propostas de intervenção sólidas de acordo com os objetivos definidos, numa perspetiva de sustentabilidade e revelando uma visão estratégica;

- Autonomia e dinamismo para a execução das atividades;
- Capacidade de diálogo, comunicação e consulta das diferentes partes interessadas, ao nível local ou nacional;
- Domínio da língua portuguesa;
- Conhecimento do crioulo é uma mais-valia;
- Capacidades de trabalho em regiões com condições limitadas.

6. OUTRAS INFORMAÇÕES

6.1. Local e Duração

A assistência técnica deverá ter a duração máxima de 4 meses, incluindo um período de permanência na Guiné-Bissau, particularmente, nas ilhas Urok.

6.2. Responsabilidades

Será encargo e responsabilidade da equipa de especialistas a organização da(s) deslocação(ões) e estadia no terreno.

A equipa técnica do projeto participará no apoio à assistência técnica, nomeadamente, na recolha das informações, discussões e reflexão das proposições a apresentar e facilitará o estabelecimento de contactos com as partes interessadas no processo - comunidades, entidades do Estado concernentes, IBAP, Tiniguena, Administração local, operadores turísticos a operar na região e outras que a consultoria julgar pertinente.

6.3. Apresentação e avaliação de propostas

A proposta deverá incluir:

- **Curriculum Vitae (máximo 3 páginas por CV).** Devem ser apresentados os Curriculum Vitae de todos os membros da equipa envolvidos na proposta devendo o chefe de equipa ser identificado. Cada CV deve detalhar o posto e funções específicas da experiência relacionada com as temáticas da assistência técnica.

- **Proposta técnica (máximo 10 páginas).** Composta por metodologia e calendário de trabalho, papel de cada membro da equipa.
- **Proposta financeira.** Deve discriminar todos os custos previstos necessários para a implementação do serviço, incluindo despesas com deslocações e perdiem.

O orçamento máximo disponível para a assistência técnica é de 9.839.355XOF/15.000€ sem contabilização de IGV/IVA.

As candidaturas devem ser enviadas até ao dia **19 de março de 2018** para o seguinte endereço eletrónico: candidaturas@imvf.org. **Só serão aceites as candidaturas recebidas por esta via.**

No assunto do e-mail deve constar **“Candidatura AT Turismo Urok”**.

A avaliação das propostas será feita pela equipa técnica do projeto, incluindo elementos do IMVF e da Tiniguena.

A entidade adjudicante da proposta será o IMVF e o pagamento será feito em duas tranches, 50% na adjudicação da proposta e 50% com a entrega dos produtos finais. O pagamento de cada tranche será feito mediante apresentação de fatura.

* * *